PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

Terceiro Setor

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 010/2026

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº **010/2026** QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS E O CLUBE ATLÉTICO BROTENSE REFERENTE A EMENDA IMPOSITIVA MUNICIPAL Nº 027/2025 VIGENTE NO ANO DE 2026, PROCESSO SEI Nº 3507902.405.00000390/2026-81

O **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BROTAS/SP** , inscrito no CNPJ/MF sob o n.° 46.362.927/0001-72, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 300, Centro, Brotas/SP doravante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado pela Prefeita Municipal **Alexsandra Berto Brandão**, portadora do CPF/MF nº ***.425.298-**, RG nº 26.***.***-5 SSP/SP, residente e domiciliada nesta cidade de Brotas/SP e a entidade **CLUBE ATLÉTICO BROTENSE** , inscrita no CNPJ/MF sob o n.° 50.847.128/0001-63, doravante denominado **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, sediada à rua Rua Ernesto Marinelli, nº 48, Centro, Centro, Brotas/SP, representado pela Presidente **Sra. Liliana Bolano,** Brasileira, solteira, advogada, residente e domiciliada nesta cidade de Brotas/SP, RG nº 15.xxx.xxx-4 SSP/SP, CPF nº 074.xxx.xxx-98, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, regendo-se pelo disposto no artigo 29 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e atualizações, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, consoante o Processo Administrativo Sei nº 3507902.405.00000390/2026-81, referente a emenda IMPOSITIVA MUNICIPAL nº 0 27/2025 LOA 2026, mediante as cláusulas e condições seguintes e demais legislações que regem a matéria.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Colaboração tem por objeto o atendimento de 100 (cem) crianças e adolescentes em vulnerabilidade social ou não, do Município da Estância Turística de Brotas, na faixa etária de 6 a 16 anos na modalidade Futebol de Campo, realizado pelo Clube Atlético Brotense, com encontros esportivos semanais. As atividades esportivas de futebol de campo a serem desenvolvidas por esta proposta estão ligadas ao assessoramento, com ação que atua diretamente com as crianças e adolescentes e indiretamente com as famílias, abrangendo a promoção de estímulo, a mobilização de crianças e adolescentes da comunidade do Município de Brotas, com a formação de lideranças, ou mesmo na conscientização da participação popular como forma de protagonismo na busca de resolução dos problemas enfrentados nas políticas públicas de interesse dos direitos da criança e do adolescente, conforme Plano de trabalho aprovado e parte integrante do presente Termo de Colaboração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação

designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;

c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração, contendo, peio menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

i) a Organização Social Civil deverá apresentar todo e qualquer documento solicitado pela Prefeitura, para atender os dispositivos da Lei 13.019/2014 e das instruções nº 01/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - Para a execução do presente termo de colaboração, serão destinados o montante total de recursos de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), na modalidade custeio, nas seguintes condições:

Fontes de Repasses	Parcela Única	Valor Anual
MUNICIPAL	R$ 75.000,00	R$ 75.000,00

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de colaboração, recursos no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), em parcela única.

3.3 - Os recursos de fonte Federal somente serão repassados às ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL mediante repasse do Governo para o Município.

3. 3.4 - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a manter na consecução dos fins pactuados por este Termo de Colaboração bens/serviços de sua propriedade.

3.5 - A Dotação orçamentária para fazer face será a seguinte:

610-02.07.01-27.812.0707-1.631-3.3.50.39.( )-08-804.0027

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.

4.1 - A Administração Municipal transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento. Caso haja repasses de recursos federais e/ou Estaduais os repasses ocorrerão após os repasses dos respectivos entes ao município.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

4.5 - As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

4.6 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação as obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.7 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especiais do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 - O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Colaboração vigerá a partir da data de assinatura até 31/12/2026, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração, desde que o período total de vigência não exceda dois anos.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O monitoramento, acompanhamento e a fiscalização deverá ser feito através de relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles internos e externos, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

7.3 - A Administração Pública designará o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, para fins do acompanhamento da execução da parceria.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter documentos e formulários, devidamente preenchidos e assinados pelo representante legal da OSC garantindo o cumprimento da Lei 13.019/2014 e Instruções do TCE-SP, para fins de fiscalização contábil, financeira, operacional e fechamento do exercício, que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, atendendo a legalidade e a legitimidade.

8.2 - A Prestação de Contas deverá ser apresentada em três etapas, Prestação de Contas Mensal, Quadrimestral e Prestação de Contas Final/Anual, conforme modelos nos anexos.

8.2.1 - Prestação de Contas Mensal a exemplo, das seguintes informações e documentos devendo ser apresentada até o último dia do mês subsequente ao recebimento dos recursos:

I - Ofício de Encaminhamento de Prestação de Contas com todos documentos relacionados, e abaixo assinado pelo representante legal da Entidade;

II - Demonstrativo integral das receitas e despesas computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos e por ordem cronológica do extrato bancário, aplicadas no objeto da parceria conforme modelo RP-10 das Instruções 01/2024 do TCE-SP;

III - Cópias de todos os pagamentos efetuados no mês conforme descritos no Plano de Trabalho, com identificação do número da parceria e comprovantes de pagamentos.
IV - Cópias das Guias de recolhimentos de INSS, ISS e FGTS; com identificação do número da parceria, atestadas os serviços, juntamente com seus respectivos documento de pagamento e memória de cálculo;

V - Extrato de Conta corrente e de Aplicação Financeira, de todo o período da movimentação da conta;

VI - Conciliação Bancária, quando houver;

8.2.2 - Prestação de Contas Quadrimestral deverá ser apresentada em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil, contendo:

I - Ofício de Encaminhamento

II - Demonstrativo anexo da Prestação de Contas Quadrimestral

III - Comprovante do depósito de contrapartida na conta Específica da parceria, caso seja previsto no pactuado, bem como guia de receita do ingresso dos recursos estaduais no erário municipal;

IV - Cópia dos Contratos com o Fornecedor de Material/Equipamento e/ou Prestador de Serviços;

V - Relatório das atividades desenvolvida no período;

VI - Relação dos atendidos no período.

8.3 - Prestação de Contas Final/Anual deverá ser apresentada até 90 dias do encerramento do prazo de vigência do termo de colaboração, com as seguintes informações e documentos:

I - Ofício de encaminhamento, relativo às prestações de contas;

II - Demonstrativo integral das receitas e despesas, computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do termo de colaboração, conforme modelo contido no Anexo RP-10;

III – Publicação do Balanço Patrimonial da conveniada, dos exercícios: encerrado e anterior;

IV - Cópia dos demonstrativos contábeis e financeiros da beneficiária, com indicação dos valores repassados pelo órgão concessor e a respectiva conciliação bancária, referente ao exercício em que o numerário foi recebido;

V - Conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica aberta em instituição financeira pública indicada pelo órgão ou entidade da Administração Pública para movimentação dos recursos do termo de colaboração, acompanhada dos respectivos extratos de conta corrente e de aplicações financeiras;

VII - Demais demonstrações contábeis e financeiras da OSC, acompanhadas do balancete analítico acumulado do exercício;

VIII - Declaração e Comprovante de devolução dos recursos não aplicados, quando houver;

IX - Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

X - Relatório anual de execução do objeto do ajuste, contendo as atividades desenvolvidas para o seu cumprimento e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

XI - Declaração que evidencie se ocorreu ou não contratação de parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes da conveniada ou de membros do poder público convenente;

XII - Relação dos contratos e respectivos aditamentos firmados com a utilização de recursos públicos administrados pela OSC para os fins estabelecidos no termo de colaboração, contendo tipo e número do ajuste, identificação das partes, data, objeto, vigência, valor pago no exercício e condições de pagamento;

XIII - Declaração atualizada da ocorrência ou não de contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade;

XIV - Na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso;

XV - Manifestação expressa do Conselho Fiscal ou órgão correspondente do beneficiário sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos foram movimentados em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, indicada pelo órgão público concessor;

XVI - comprovante do recolhimento saldo da conta bancária específica, quando houver;

XVII - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.4 - A Administração pública considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração.

8.5 - O parecer técnico do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.6 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especias.

8.7 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.8 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.9 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

IlI - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.10 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnicos, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação as autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.11 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a

organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.12 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

8.13 - Além dos documentos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a O.S.C., deverá Prestar suas Contas e de todos os atos que dela decorram, mediante a utilização de Plataforma Eletrônica permitindo a visualização por qualquer interessado, conforme artigo 65 da lei Federal 13.109/2014.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas À Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração.

9.5 - Excepcionalmente, quando se tratar apenas de alteração da execução do Termo de Colaboração, admitir-se-á, a Organização da Sociedade Civil, propor reformulação do Plano de Trabalho, que será previamente apreciada pelo setor técnico e submetida à aprovação do Chefe do Executivo Municipal o qual poderá, após, ouvidos os órgãos técnicos autorizar por apostilamento ao processo Sei nº 3507902.405.00000390/2026-81.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretária Municipal de Esportes e Recreação facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos

financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Colaboração.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 - Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de colaboração poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS- (LGPD)

14.1 - As partes se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do presente Contrato, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação e normas técnicas aplicáveis sobre segurança da informação e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), sem prejuízo de perdas e danos.

Parágrafo único: O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses constantes do art. 7º da lei 13709/2018: mediante o fornecimento de consentimento pelo titular; para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, e nas demais condições constantes do capítulo IV da citada Lei, bem como nas situações enquadradas na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

15.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de colaboração serão remetidas por correspondência ou E-mail e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - As controvérsias decorrentes deste termo de colaboração, serão resolvidas pela via administrativa, perante a Secretaria de Planejamento, Administração, e Finanças e judicialmente perante o foro da cidade e Comarca de Brotas – SP, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

16.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (Três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Brotas, 22 de junho de 2026.

_____

Alexsandra Berto Brandão

CPF: 304.***.***-99

RG: 26.***.***-5 SSP/SP

_____

Liliana Bolano

CPF: 131.***.***-59

RG: 6.***.***- SSP/SP

_____

Flávia de Melo Villaça Teixeira

CPF: 219.***.***-45

RG: 43.***.***-2 SSP/SP

Secretária Municipal de Esporte e Lazer

Gustavo Batista

CPF: 104.***.***-97

RG: 18.***.***- SSP/SP

Gestor responsável representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Testemunhas:

Flávio de Oliveira João

José Wanderley Balbino da Costa

PLANO DE TRABALHO

FONTES DE RECURSO: Prefeitura Municipal da Estancia Turistica de Brotas- Emenda Impositiva nº 027/2025- Custeio- R$75.000,00

1. DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

OSC – Organização da Sociedade Civil – proponente: Clube Atlético Brotense – C. A. B.				**CNPJ:** 50.847.128/0001-63
Endereço: Rua Ernesto Marinelli nº48				**Bairro:** Centro
Cidade: Brotas	**UF** SP	**CEP** 17.380-013	**DDD/Telefone** (14)991152337	**E-mail:** cabbrotense@hotmail.com Site: www.clubeatleticobrotense.com.br
Banco: BANCO DO BRASIL	**Agência: 1667-5**			**Conta Corrente:** 29.306-7
Nome do Representante Legal: Liliana Bolano				**CPF:** 074.543.528-98
RG/Órgão Expedidor: 15.725.720-4 – SSP/SP			**Cargo:** Presidente	
E-mail: lilibolano@yahoo.com.br				**Telefone:** (14)991645658
Endereço: Praça Francisca Ribeiro dos Reis, nº12- Centro				**CEP:** 17.380-040

2. Apresentação do Histórico da OSC:

O Clube Atlético Brotense, foi fundado em 22 de abril de 1931, possuindo sede própria e campo de futebol, com adequação necessária para a prática de futebol de campo. Recebe anualmente em seu estádio campeonatos e torneios locais, regionais e estaduais e apoio dos torcedores que frequentam o clube. A entidade sempre teve papel relevante e importante na comunidade onde está inserida e apoio

Termo de Colaboração 010/2026 (1425598) SEI 3507902.405.00000390/2026-81 / pg. 12

dos jogadores e torcedores que frequentam o espaço.

Também desempenha papel social relevante no trabalho que realiza junto a comunidade, principalmente em projetos sociais que trabalha crianças e adolescentes em situação de risco e/ou em situação de vulnerabilidade social, na parceria com a Prefeitura Municipal de Brotas, através da Secretaria Municipal de Esporte e Recreação.

Vale ressaltar os principais prêmios conquistados pela equipe amadora do CAB (Clube Atlético Brotense) destacando o de Campeão no Campeonato Amador Estadual nos anos de 1984 e 2004. Bi-campeão do Estado.

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO/ ATIVIDADE

Título: Projeto Escolinha de Futebol "Espaço Aberto"	**Período de Execução :** Início: a partir da data da assinatura do termo Término: dez/2026

Capacidade Física de atendimento: atender 100 crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 16 anos.

Capacidade de atendimento para o Município de Brotas: limitado ao número de crianças e adolescentes participantes dos projetos, familiares, visitantes e outros.

Forma de Acesso: Demanda Espontanea

Identificação do Objeto: Este é um projeto de atendimento de 100 crianças e adolescentes em vulnerabilidade social ou não, do Município da Estancia Turística de Brotas na faixa etária de 06 a 16 anos na modalidade futebol de campo, realizado pelo Clube Atlético Brotense, com encontros esportivos semanais. As atividades esportivas de futebol de campo a serem desenvolvidas por esta proposta estão ligadas ao assessoramento, com ação que atua diretamente com as crianças e adolescentes e indiretamente com a família, abrangendo a promoção de estímulo, a mobilização de crianças e adolescentes da comunidade do município de Brotas, com a formação de lideranças, ou mesmo na conscientização da participação popular como forma de protagonismo na busca de resolução dos problemas enfrentados nas políticas públicas de interesse dos direitos da criança e adolescente

Público Alvo: Crianças e adolescentes de 06 a 16 anos de idade do Município da Estancia Turistica de Brotas , principalmente as que se encontram em situação de risco social, psicológico e financeiro.
Coordenador: Claudio Gonçalves CPF nº 049.520.378-51
Endereço: Avenida Brotas nº 190- Brotas/SP Email: claudinhomacale@gmail.com

4. JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA:

O projeto representa a importância do esporte como ferramenta para auxiliar na formação de crianças e adolescentes e na importância que o esporte tem na socialização de grupos vulneráveis a violência, em segregação social , na formação intelectual e comportamental das crianças e adolescentes que tem a oportunidade de participar desta prática esportiva, uma vezque não está apenas associada ao exercício e condições físicas, mas também ao equilíbrio, coordenação motora e também na geração de oportunidades e experiencias únicas na vida de seus participantes.

O Clube Atlético Brotense, com 94 anos de história esportiva em Brotas e Região, possui sede própria e campo de futebol oficial. Sua história esportiva conta com momentos importantes na história estadual e a permanência de um projeto social com o desenvolvimento de esporte(futebol de campo) como ferramenta para melhorar a qualidade de vida dessas crianças e adolescentes e suas famílias, vem de encontro com seus objetivos estatutários de constituir com um espaço de convivência, de formação de valores morais céticos necessários para melhor convivência na comunidade

Objetivo Geral:

Elaborar um programa que possa atender crianças e adolescentes com a prática da modalidade esportiva futebol de campo, e as mesmas terem acompanhamento profissional para ajudar as crianças e adolescentes no desenvolvimento escolar com o objetivo principal de formar cidadãos , com boa conduta moral e de caráter íntegro. Para isso utilizamos como base o tripé: educação, inclusão social e esporte. O que o projeto busca é ter crianças e adolescentes nos seus horários extra escolar frequentando o projeto e sendo acompanhado por dois profissionais capacitados e também de um auxiliar de serviços gerais para fazer pequenos reparos e manutenção do gramado, um profissional de serviços contábeis para fazer a contabilidade do projeto e documentos necessários para a prestação de contas e aquisição de materiais esportivos para a execução do projeto .

Objetivo Especifico: • Oferecer para 100 crianças e adolescentes a prática de futebol de campo; • Promover a integração social entre os participantes; • Melhora no convivio com os pais , responsáveis , familiares e professores; • Organizar turmas de treinamento de acordo com a faixa etária; • Organizar campeonato interno para os participantes do projeto e convidados; • Conhecimento básico para fazer pequenos reparos e manutenção do gramado e áreas externas e limpezas dos espaços ; • Conhecimento na área contábil; • Materiais para uso interno e para os participantes do projeto.

5. METAS A SEREM ATINGIDAS

Descrição da Meta	Indicadores de aferição de cumprimento das metas	Meios de verificação
Atender cerca de 100 crianças e adolescentes	Número de alunos: 100	Listas de presença
Competição Interna	Número de campeonato: 1	Lista de inscrição, súmula do jogo e fotos.
Participar de competições a nível municipal, regional ou estadual	Número de competições: 2	Inscrição nos jogos, súmula dos jogos e fotos.

DEMONSTRATIVO DOS CUSTOS APURADOS

ETAPAS/MESES:

Descrição da Meta	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
COORDENADOR	1.800,	3.600,	3.600,	3.600,	3.600,	3.600,	3.600,
PROFESSOR TÉCNICO	1.800,	3.600,	3.600,	3.600,	3.600,	3.600,	3.600,
SERVIÇOS GERAIS	2.200,	2.200,	2.200,	2.200,	2.200,	2.200,	2.200,
SERVIÇOS CONTÁBEIS	250,	500,	500,	500,	500,	500,	500,
MATERIAL DE CONSUMO	10.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6. FORMA DE EXECUÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO

A forma de execução do projeto será cumprida de acordo com o cronograma estabelecido pela OSC. As atribuições de conduta profissional seguem os padrões das metas

6.1 – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PROPOSTAS

Descrição da atividade/Periocidade Nº Atividades								
	Meses	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
01	Orçamentos	X						

Termo de Colaboração 010/2026 (1425598) SEI 3507902.405.00000390/2026-81 / pg. 16

02	Recebimento do recurso		X						
04	Aquisição dos materiais		X	X					
04	Inscrições		X	X					
05	Relatórios de atividades			X	X	X	X	X	X
06	Prestação de contas			X	X	X	X	X	X

6.2 – METODOLOGIA :

O Projeto "Espaço Aberto " surge da necessidade de oferecer um espaço limpo, saúdavel e seguro para que as crianças e adolescentes do município de Brotas , possam praticar uma atividade esportiva(futebol de campo) com orientação de profissionais capacitados , aprendendo através do esporte não só os fundamentos essenciais da modalidade , mas também os valores para a vida como :respeito, disciplina , saber ganhar, saber perder, convivência em grupo, foco, entre tantas outras qualidades que o esporte nos ensina . serão divididos de acordo com suas faixa etária e ou nível técnico de desenvolvimento na modalidade futebol de campo. O planejamento das atividades levará em consideração , tanto a faixa etária como o nível técnico de cada turma . Serão turmas com média de 20 alunos .As atividades serão duas vezes na semana, terça-feira e quinta- feira no período da manhã e da tarde e aos sábados no período da manhã, com duração de 50 minutos cada aula.

Horários de terça-feira e quinta-feira :

8:00hs as 8:50hs e das 8:50hs as 9:40hs/ 9:40hs as 10:30hs e das 10:30hs as 11:20hs;

14:30hs as 15:20hs e das 15:20hs as 16:10hs;

Horário de sábado:

8:00hs as 8:50hs e das 8:50hs as 9:40hs/ 9:40hs as 10:30hs e das 10:30hs as 11:20hs

7- RESULTADOS ESPERADOS

- Atender 100 crianças e adolescentes com as atividades proposta (futebol de campo);
- Promover a integração social entre os participantes;
- Melhora do rendimento escolar;

Termo de Colaboração 010/2026 (1425598) SEI 3507902.405.00000390/2026-81 / pg. 17

- Melhora no convívio com os pais, familiares e professores;
- Manter o campo e outras áreas em ordem e limpas;
- Organização nas prestações de contas.

8. PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO			
Resultado	**Indicadores Qualitativos**	**Indicadores Quantitativos**	**Meios de verificação**
Participação e engajamento das crianças e adolescentes;	Participação engajamento do projeto;	Número de interessados na participação do projeto 80% de participação;	Lista de presença; registros fotográficos;
Aproximação com seus familiares e reconhecimento das mesmas pelo seu esforço e dedicação ao esporte;	Participação dos familiares nas reuniões .	Número de participação nas reuniões	Lista de presença; registros fotográficos;

9. RECURSOS HUMANOS			
Profissional	**Cargo/função**	**Hs mes**	**Vinculo**
Coordenador	**Fazer acompanhamento das crianças e adolescentes do projeto;estabelecer metas e objetivos, dar condições para que as metas e objetivos sejam alcançados, preparar reuniões e relatórios das atividades desenvolvidas e conduzir os treinos**	**60hs**	**Prestador de serviço(MEI)**
Professor técnico	**Definir métodos de trabalho; fazer programações de treinos diários e mensais, relatórios das atividades desenvolvidas, listas de**	**60hs**	**Prestador de serviço(MEI)**

	presenças ,preparar reuniões juntamente com o coordenador e planejar e conduzir os treinamentos.		
Serviços gerais	**Responsável pela limpeza geral do espaço, manutenção do gramado(corte de grama , demarcação do campo) e pequenos reparos elétricos e hidráulicos.**	**100hs**	**Prestador de Serviço(MEI)**
Serviços Contábeis	**Responsável pela contabilidade do projeto e auxílio nos relatórios da prestação de contas financeiras**	**32hs**	**Prestador de Serviços(MEI)**

10. PLANO DE APLICAÇÃO				
Item de despesas	Especificações	Total	Concedente	Proponente
Recursos Humanos-Serviços de Terceiros	Coordenador	R$23.400,00	R$23.400,00	-
	Professor Técnico	R$23.400,00	R$23.400,00	-
	Serviços gerais	R$14.300,00	R$14.300,00	-
	Serviços contábeis	R$ 3.250,00	R$ 3.250,00	
Material de consumo	Material Esportivo	R$10.650,00	R$10.650,00	-
				-
Total Geral		R$75.000,00	R$75.000,00	-

Item	Discriminação	Unidade	Valor Total
01	CONTRATAÇÃO DE UM COORDENADOR(PRESTADOR DE	un	R$23.400,00

	SERVIÇOS- MEI) POR 07 MESES		
02	CONTRATAÇÃO DE UM PROFESSOR TÉCNICO(PRESTADOR DE SERVIÇOS-MEI)POR 07 MESES	un	R$23.400,00
03	CONTRATAÇÃO DE UM AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS(PRESTADOR DE SERVIÇOS- MEI)POR 07 MESES	un	R$14.300,00
04	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS (PRESTADOR DE SERVIÇOS-MEI)POR 7 MESES	un	R$3.250,00
TOTAL:			R$64.350,00

10.2-AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO

MATERIAIS DE CONSUMO				
Item	Especificação	Qtdade	Valor unitário	Valor total
01	BOLAS DE FUTEBOL DE CAMPO	10	R$ 200,00	R$ 2.000,00
02	CONES CHAPÉU CHINES	60	R$ 5,00	R$ 300,00
03	CONES DE AGILIDADE 23CM	25	R$ 10,00	R$ 250,00
04	COLETES PERSONALIZADOS	100	R$ 49,90	R$ 4.990,00
05	MEIAO DE FUTEBOL VERMELHO	100	R$ 29,90	R$ 2.990,00
06	BOMA DE AR P ENCHER BOLA DE FUTEBOL	02	R$ 49,90	R$ 99,80
	TOTAL			R$10.629,80

11. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

9.1 DESEMBOLSO DO CONCEDENTE	
PARCELA ÚNICA	R$ 75.000,00

12. MÉTODO DE MONITORAMENTO/AVALIAÇÃO

Metodologia proposta para o acompanhamento das ações através de instrumentais:

- Divisão das categorias por faixas etárias e por desenvolvimento técnico;
- Lista de presença dos participantes nos treinos;
- Registros com fotos;
- Relatórios de atividades desenvolvidas no projeto;
- Reuniões

13- RECURSOS FÍSICOS

Nº Ordem	Quantidade	Especificação
1	01	Recepção
2	01	Sala de Reunião
3	02	Almoxarifado
4	01	Arquivo
5	02	Banheiros
6	01	Cozinha
7	01	Campo de Futebol

8	04	Vestiários
9	05	Banheiros Externos
10	01	Área multifuncional
11	03	Arquibancada
12	01	Bar/ Lanchonete
13	01	Lavanderia

14.INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Esta OSC compromete-se a executar o plano conforme previsto , sendo a equipe capacitada para executar o Plano de Trabalho.

15. DECLARAÇÃO:

Na qualidade de representante legal da OSC, proponente, declaro sob penas da lei, que a entidade apresentou as prestações de contas de valores repassados em exercícios anteriores pela administração pública municipal direta e indireta , que foram devidamente aprovadas, não havendo nada a regularizar ou valor a ressarcir

Brotas, 05/06/2026

Local e data

Proponente

16. APROVAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL

Aprovado

Local e data

Secretário ou Responsável

Documento assinado eletronicamente por **Flavio De Oliveira Joao**, **Chefe de Seção**, em 22/06/2026, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.

Documento assinado eletronicamente por **LILIANA BOLANO**, **Usuário Externo**, em 22/06/2026, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.

Documento assinado eletronicamente por **Alexsandra Berto**, **PREFEITA MUNICIPAL**, em 22/06/2026, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.

Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Batista**, **PROFESSOR**, em 22/06/2026, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.

Documento assinado eletronicamente por **Flavia de Melo Villaça Teixeira**, **SECRETÁRIO M DE ESPORTES E RECREAÇÃO**, em 22/06/2026, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **1425598** e o código CRC **5408789D**.

Referência: Processo nº 3507902.405.00000390/2026-81 SEI nº 1425598